aurum
Revista Multidisciplinar

ISSN: 3085-7783

CONVIVENDO COM O SEMI-ÁRIDO: O PAPEL DO MPA NA LUTA POR SOBERANIA HÍDRICA NO CENTRO-NORTE BAIANO

LIVING WITH THE SEMI-ARID: THE ROLE OF THE MPA IN THE STRUGGLE FOR WATER SOVEREIGNTY IN THE CENTRAL-NORTH REGION OF BAHIA

https://doi.org/10.63330/armv1n8-029

Submetido em: 06/11/2025 e Publicado em: 11/11/2025

Érica Anne dos Santos Oliveira
Militante do MPA. Doutoranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela UNESP, Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela UNESP, Especialista em Economia e Desenvolvimento Agrário pela UFES. Graduanda em Geografia pela CESUMAR. Graduada em História pela UFPB

Alex Sandro Possamai da Silva
Militante do MST. Advogado Popular. Graduado em direito pela UEFS. Mestrando em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pela UNIR. Membro da RENAP e INTERJUS

RESUMO
O presente artigo tem o objetivo de descrever o papel do MPA na luta pela formulação de políticas públicas para o acesso a água na Região Centro norte da Bahia. Para tanto, realiza-se uma pesquisa bibliográfica acerca da questão da água e das políticas emergências e assistencialistas para o enfrentamento da questão, posteriormente, com o recurso da pesquisa bibliográfica e documental, realizamos a descrição da concepção de convivência com o Semiárido, destacando o papel do MPA na organização dos camponeses e na formulação de políticas públicas de acesso a água e geração de renda.

Palavras-chave: Semiárido; MPA; Acesso a água; Camponeses; Políticas públicas.

ABSTRACT
This article aims to describe the role of the MPA (Small Farmers' Movement) in the struggle for the formulation of public policies ensuring access to water in the Central- Northern region of Bahia. To this end, a bibliographic review was conducted on the issue of water and the emergency and welfare-oriented policies implemented to address it. Subsequently, through bibliographic and documentary research, we describe the concept of living with the Semi-arid region, highlighting the role of the MPA in organizing peasant communities and in formulating public policies for water access and income generation.

Keywords: Semi-arid; MPA; Water access; Peasants; Public policies.

1 INTRODUÇÃO

A região Centro-Norte da Bahia está localizada no bioma Caatinga, inserida no Semiárido brasileiro, caracterizado por baixos índices pluviométricos – inferiores a 800 mm/ano – e longos períodos de estiagem (Tanajura, *et. al*, 2010). A irregularidade das chuvas é uma das marcas do clima semiárido, com precipitações que podem falhar completamente em determinados anos, ocasionando intensas secas. Abaixo colacionamos o mapa das Mesorregiões da Bahia para localizarmos a região Centro-Norte que está destacada em amarelo:

Figura 01 – Mapa das Mesorregiões da Bahia



Fonte: GeoBahia, disponível em: https://ftp.sei.ba.gov.br/Geoinformacao/cartograma/estado/carto_mesoreg_ba_6v5m_20 22_cor pdf

Malvezzi ao falar sobre o Semiárido leciona que

> Há déficit hídrico. Mas essa expressão não significa falta de chuva ou de água. O grande problema é que a chuva que cai é menor do que a água que evapora. No Semiárido Brasileiro, a evaporação é de 3.000 mm/ano, três vezes maior do que a precipitação. Logo, o jeito de agasalhar a água de chuva é fundamental para aproveitá-la. (Malvezzi, 2007, p.10).

Tratando-se do contexto social, econômico e político, as comunidades rurais do Centro-Norte baiano compartilham várias semelhanças. A região sofre com o histórico descaso das políticas públicas, e a maioria das famílias é de baixa renda, vivendo da agricultura de sequeiro, da criação de pequenos animais e de programas sociais, como o Programa Bolsa Família, além da aposentadoria rural, que desempenha um papel crucial na composição da renda familiar. Em períodos chuvosos, é possível garantir alguma produção agrícola, com destaque para o cultivo da mandioca e a produção de farinha. No entanto, durante as estiagens, a renda das famílias camponesas sofre um forte impacto, devido à limitação de acesso à água e à escassez de tecnologias de captação e uso racional desse recurso.

A irregularidade espacial e temporal das chuvas – que podem ocorrer entre setembro e março, mas sem local ou data previsíveis – é outro fator que dificulta a adaptação das famílias, embora não a torne impossível (Malvezzi, 2007). Para enfrentar essas adversidades, são necessárias tecnologias apropriadas ao contexto edafoclimático do semiárido, como cisternas, tanques, barreiros-trincheiras e redes de água encanada. No início do século XXI, porém, essas soluções ainda eram escassas, e a ausência delas contribuiu significativamente para o êxodo rural, principalmente de jovens. A migração, nesse cenário, pode ser compreendida como resultado direto da má gestão dos recursos públicos destinados ao combate à seca, frequentemente apropriados por elites locais e usados como instrumento político-eleitoral (Oliveira, 1988; Silva, 2012).

Diante da carência de políticas públicas estruturantes, muitas famílias precisavam buscar água a longas distâncias, utilizando carroças puxadas por jumentos e recipientes improvisados. As primeiras cisternas construídas nas comunidades eram de uso coletivo. Apenas a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, com o fortalecimento de movimentos sociais e da sociedade civil organizada, começou-se a garantir a construção de cisternas para uso doméstico familiar. Mesmo assim, durante os períodos de seca, muitas famílias eram obrigadas a recorrer a carros-pipa, pagando caro pela água ou dependendo da boa vontade de vereadores e cabos eleitorais para serem inseridas nas listas de abastecimento emergencial da prefeitura.

A partir de 2003, com a consolidação do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) na região o cenário de acesso a água começa a se modificar através da mobilização e reivindicação das famílias organizada pelo Movimento. Podemos destacar, neste contexto, o Programa Cisternas (2005-2013) que representou um marco no acesso à água pelas populações do semiárido. Essa política, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, promoveu a implementação de tecnologias sociais de captação de água da chuva para o consumo humano, produção agrícola e dessedentação animal.

Exatamente sobre o papel do MPA na luta pelo acesso a água e soberania hídrica na região Centro Norte da Bahia que nos dedicaremos no presente artigo. Para tanto, o trabalho está divido da seguinte forma: inicialmente faremos um panorama acerca das formas emergenciais e assistencialistas que

implicam em dependência política das famílias, posteriormente nos debruçaremos no papel do MPA na luta e organização das famílias para formulação de política públicas de acesso à água, seguido ao final das considerações finais.

2 FORMAS EMERGENCIAIS E ASSISTENCIALISTAS DE ACESSO À ÁGUA: A DEPENDÊNCIA POLÍTICA NA REGIÃO CENTRO-NORTE DA BAHIA

A escassez de água no semiárido brasileiro, especialmente nas zonas rurais da região Centro-Norte da Bahia, é um problema historicamente enraizado, cuja origem remonta ao processo de ocupação do território (Silva, 2007).

Desde o período colonial, as narrativas dominantes sobre o semiárido foram construídas sob uma ótica de sofrimento e escassez, o que contribuiu para a consolidação de uma imagem de terra inóspita e de população vulnerável, sobretudo nos períodos de estiagem (Silva, 2007). Essa representação simbólica serviu, por décadas, como justificativa para políticas emergenciais, de caráter assistencialista, que pouco contribuíram para a resolução estrutural do problema e, muitas vezes, reforçaram a dependência política da população rural em relação às elites locais e aos agentes públicos.

A persistência de ações pontuais, como o fornecimento de água por meio de carros-pipa e a distribuição de bens em momentos de crise hídrica, reforça a lógica do favor em detrimento do direito. Tais medidas, embora atenuem os efeitos imediatos da seca, não promovem a autonomia das comunidades, perpetuando ciclos de vulnerabilidade e subordinação política. É necessário destacar que, historicamente, essas práticas foram instrumentalizadas por agentes políticos locais como moeda de troca eleitoral, sustentando esquemas de clientelismo e controle social (Baptista & Campos, 2013).

O mau uso dos recursos destinados às políticas de combate à seca, incluindo o desvio de verbas e a construção de açudes em propriedades privadas, fomentou práticas assistencialistas e perpetuou a dependência política das populações rurais. Nesse contexto, famílias inteiras se viam “obrigadas” a trocar apoio eleitoral — muitas vezes por meio da venda de votos — por bens básicos como cestas de alimentos ou o abastecimento de água por carro-pipa (Baptista & Campos, 2013). Trata-se de um ciclo de corrupção estrutural e sistêmica que se alimenta da vulnerabilidade social.

Historicamente, as ações emergenciais voltadas ao combate à seca foram utilizadas como estratégia para obtenção de recursos extras do governo federal, especialmente em contextos de calamidade pública. Tais recursos, por vezes, acabavam sendo aplicados de forma ineficiente ou direcionados para obras que beneficiavam interesses privados, como a construção de açudes em propriedades de grandes latifundiários (Malvezzi, 2007).

Essa prática revela a persistência de um modelo clientelista e excludente, que ignora as necessidades reais das populações difusas do semiárido. A este respeito Malvezzi destaca que:

> Assim também é com a água. Desde que começaram a surgir grandes obras de armazenamento de água na região Semi-Árida, ela também está apropriada, seja dentro de propriedade privadas, seja dentro de mananciais que não têm adutoras para conduzir essa água até as populações mais necessitadas. (Malvezzi, 2007, p.62)

Parte dos recursos públicos destinados ao enfrentamento da seca no semiárido era, de fato, investida para atender às necessidades emergenciais da população sertaneja, como por exemplo, a distribuição de água potável por meio do programa Carro-Pipa. No entanto, a operacionalização dessa política acabou sendo cooptada por interesses políticos locais. Em muitos municípios, a responsabilidade pela elaboração das listas de famílias atendidas ficava nas mãos de cabos eleitorais, vereadores e lideranças alinhadas à elite política dominante. Essa prática transformava o acesso à água em uma moeda de troca política, em que apenas os eleitores declaradamente comprometidos com determinado grupo político eram beneficiados.

A ausência de políticas estruturantes e a não efetivação dos direitos humanos na região aprofundavam a dependência política da população, sobretudo em tempos de estiagem prolongada. Nesse contexto, o que deveria ser um direito — o acesso à água — tornava-se um privilégio condicionado a vínculos clientelistas. Tal lógica contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e políticas, uma vez que fragiliza a cidadania e transforma o exercício político em um "jogo de sobrevivência", no qual parte da população não consegue distinguir o que é direito do que é favor.

Essa relação de dominação política reflete uma estrutura histórica de exclusão social no semiárido, marcada pelo uso estratégico da escassez para controle de votos e manutenção de poder. Malvezzi reflete que

> Água é poder. O controle da água, associado ao controle da terra, resulta na sociedade nordestina que conhecemos. Nessa região, o controle da terra, da água e da saúde pública é o fundamento do poder das oligarquias nordestinas, antigas e modernas, sobre uma população que não tem conseguido sair da miséria (Malvezzi, 2007. p. 62).

Assim, o controle da economia e da política por parte das elites locais — geralmente compostas por indivíduos de maior poder aquisitivo — é um fator histórico que impacta diretamente a vida das populações mais vulneráveis do semiárido baiano. Essa relação de dominação se expressa, sobretudo, pela submissão de famílias rurais a determinados grupos políticos, sustentada por práticas clientelistas e assistencialistas.

Um dos mecanismos mais recorrentes dessa relação é a troca de votos por benefícios materiais, como caminhões-pipa de água, cestas básicas, cimento, blocos, dinheiro ou favores pessoais. Tais práticas revelam uma corrupção estruturante, na qual o apoio político é negociado em troca de cargos, repasses de verbas ou execução de obras públicas que, muitas vezes, são realizadas apenas às vésperas

das eleições com o intuito de garantir votos (Silva *et. al*, 2013).

3 O PAPEL DO MPA NA ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMI-ÁRIDO BAIANO

No semiárido brasileiro, coexistem duas concepções distintas sobre a forma de habitar e desenvolver-se na região (Silva, 2013). A primeira, historicamente difundida por elites agrárias e representantes estatais, atribui à seca a condição de principal obstáculo ao progresso regional. Essa visão, ao enfatizar a calamidade climática, frequentemente legitima práticas assistencialistas e centralizadoras.

Em contraposição, emerge a perspectiva da convivência com o semiárido, formulada a partir das experiências de comunidades que, enfrentando adversidades, desenvolveram estratégias autônomas de adaptação, como a construção de cisternas para armazenamento de água da chuva. Exemplos emblemáticos dessa resistência incluem as experiências de Canudos (1896-1897) e da Fazenda Caldeirão (1926-1936), que demonstram a capacidade de organização social frente às adversidades climáticas (Baptista & Campos, 2013).

As políticas de convivência com o semiárido foram formuladas justamente com o intuito de romper com o ciclo vicioso do assistencialismo, promovendo autonomia, segurança hídrica e a cidadania. A superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais e econômicas passa, necessariamente, pela efetivação dos direitos humanos. Para tanto, é essencial que a população compreenda a diferença entre direito e privilégio, e que, ao se engajar na política, exerça sua cidadania de forma plena (Alves, 2013).

Os movimentos sociais desempenham um papel crucial na transformação dessa realidade. Enquanto os movimentos messiânicos buscavam a criação de sociedades alternativas, sem necessariamente demandar ações estatais, as Ligas Camponesas e os movimentos contemporâneos, como o MPA, o MST e o MAB, adotam uma postura propositiva, exigindo do Estado políticas públicas que enfrentem questões estruturais, como a concentração fundiária e o acesso desigual à água (Oliveira, 2018).

O MPA, fundado em 1996, surge como resposta à crise econômica e social da agricultura brasileira, agravada pelas políticas neoliberais da década de 1990 (Görgen, 2012). Na Bahia, sua atuação inicia-se em 1998, em Vitória da Conquista, expandindo- se gradualmente para outros municípios do sudoeste do estado (Oliveira, 2018). As primeiras mobilizações focaram na renegociação das dívidas dos pequenos agricultores junto aos bancos públicos, especialmente aquelas oriundas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujos financiamentos tornaram-se insustentáveis diante das perdas causadas por estiagens recorrentes (Oliveira, 2018).

Em 2003, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o MPA foi apresentado a 292

associações de 20 municípios situados na Diocese de Senhor do Bonfim, região Centro-Norte da Bahia (Oliveira, 2018). Reconhecendo a necessidade de uma organização regional coesa, o movimento promoveu encontros em três regionais do Semi-Árido da Bahia: Senhor do Bonfim, Jacobina e Cansanção. Essa articulação culminou na realização de um seminário regional e, posteriormente, na III Assembleia Regional da Agricultura Familiar, em dezembro de 2003, que consolidou a presença do MPA na região (Oliveira, 2018).

A partir de sua consolidação regional, o MPA ampliou suas pautas por soberania hídrica e consolidou suas reivindicações a partir das realidades vividas pelas comunidades camponesas. O fortalecimento do Movimento e a implementação de políticas públicas estruturantes, como o Programa Cisternas, promoveram o acesso à água de forma descentralizada, por meio de tecnologias sociais sustentáveis e de baixo custo, rompendo com a lógica assistencialista e fortalecendo a autonomia das famílias.

Em 2013, o movimento protocolou junto ao Governo Estadual demandas relacionadas à soberania hídrica, incluindo a distribuição de água encanada a partir de açudes e barragens por meio de sistemas de adução, perfuração de poços, implementação de sistemas simplificados de abastecimento, revitalização de rios e barragens, e construção de cisternas para consumo humano (MPA, 2013). Cabe destacar que somente algumas dessas demandas foram atendidas, enquanto outras ainda permanecem em negociação.

Figura 1 - Jornada de luta do MPA, em Ponto Novo, por terra e água



Fonte: arquivo MPA, 2012

O ano de 2013 também marcou um ponto curcial na reflexão do MPA sobre o semiárido. Durante a Jornada Nacional por Soberania Alimentar, o movimento organizou mobilizações contra a distribuição de cisternas de plástico, consideradas inadequadas para a região devido ao seu alto custo, menor durabilidade e ineficiência térmica (MPA, 2013). Em audiência pública realizada em Juazeiro/BA, o MPA, juntamente com outras organizações, defendeu a adoção das cisternas de placas de cimento, tecnologia social mais apropriada ao contexto semiárido, por ser mais econômica, durável e por mobilizar a mão de obra local, gerando emprego e renda.

Importa destacar que a construção de cisterna de placas, caracterizada pelas placas de cimento pré-moldadas, representa uma alternativa sustentável para o armazenamento de água da chuva, sendo mais adequada às condições climáticas do semiárido e promovendo a autonomia das comunidades locais.

Durante referida audiência foram apresentadas quatro principais reivindicações ao Governo Federal (MPA, 2013):

- Criação de uma política específica de segurança hídrica para o semiárido;
- Implementação de uma reforma agrária efetiva;
- Estruturação das comunidades camponesas;
- Desenvolvimento de um programa nacional de conservação e uso da biodiversidade da caatinga, visando à soberania alimentar.

Fruto da organização e luta do MPA no Semi-Árido baiano, importantes políticas públicas foram desenvolvidas que implicaram em uma revolução no aceso á água e geração de renda para as famílias camponesas. Dentre elas podemos destacar

a) água encanada para unidades camponesas; b) construção de moradias camponesas através do programa de habitação rural; c) Cisternas de placas para consumo humano; d) Cisternas de enxurrada para plantio; e) Tanques de captação de água.

Figura 2 - Camponeses/as do MPA ocupa e reivindica água encanada para comunidades rurais de Caém – Bahia



Fonte: arquivo MPA/BA, 2017

Esses avanços contribuíram para melhorar significativamente as condições de vida no semiárido baiano. Contudo, o desafio atual está em garantir a sustentabilidade da produção familiar durante os períodos de estiagem. Para isso, têm sido implementadas tecnologias como cisternas de calçadão, de enxurradas e barreiros-trincheiras, que permitem captar maior volume de água e ampliar sua utilização na produção e na criação de animais.

Ainda em outra frente, as famílias organizadas têm lutado pela ampliação do acesso à água encanada, proveniente de adutoras que conectam comunidades rurais a grandes reservatórios. O acesso a esse direito básico reduz a dependência de grupos políticos locais, rompe com o histórico de clientelismo e assegura melhores condições de permanência das famílias no campo.

O MPA compreende que a soberania hídrica é fundamental para a promoção da agricultura familiar e camponesa, baseada em práticas agroecológicas e na convivência com o semiárido. A luta por acesso à água de qualidade, seja para consumo humano ou para produção, é central para garantir a dignidade e o desenvolvimento sustentável das populações sertanejas.

A efetivação dos direitos humanos, portanto, constitui um instrumento fundamental para a redução das desigualdades sociais e econômicas, sobretudo nas regiões historicamente marginalizadas, como o semiárido brasileiro. À medida que os cidadãos passam a conhecer e reivindicar seus direitos, fortalecem a democracia por meio da participação popular, atuam como agentes fiscalizadores e contribuem para a gestão ética e eficiente dos recursos públicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados, observamos que o Semiárido sempre foi visto sob uma ótica de sofrimento e escassez, fator que contribuiu para a consolidação de uma imagem de terra inóspita. Esta visão serviu para ancorar políticas emergenciais, de caráter assistencialista, que pouco contribuíram para a resolução estrutural do problema e, muitas vezes, reforçaram a dependência política da população rural em relação às elites locais e aos agentes públicos.

No entanto, a atuação dos movimentos sociais desempenhou um papel crucial na transformação dessa realidade com a formulação de políticas de convivência com o semiárido visando a promoção da autonomia, segurança hídrica e a cidadania destes sujeitos. Destaca-se que a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais e econômicas deste público passa, necessariamente, pela efetivação dos direitos humanos.

Assim, consolidação do MPA nesta região consagrou uma alteração na realidade das famílias, sobretudo nas questões de acesso a água e geração de renda. Destaca-se no conjunto das ações articuladas pelo Movimento a) água encanada para unidades camponesas; b) construção de moradias camponesas através do programa de habitação rural; c) Cisternas de placas para consumo humano; d) Cisternas de enxurrada para plantio; e) Tanques de captação de água.

Ademais, ressalta-se que o Movimento do Pequenos Agricultores entende que a soberania hídrica é fundamental para a promoção da agricultura familiar e camponesa na região Centro Norte da Bahia para cuja base produtiva se ancora em práticas agroecológicas e na convivência com o semiárido. Além disso, a mobilização na luta por direitos travadas pelas famílias camponesas fortalecem a democracia por meio da participação popular, na medida em que esses sujeitos atuam como agentes promotores e fiscalizadores de políticas públicas, contribuindo para a gestão ética e eficiente dos recursos públicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. P. **Convivência com o Semiárido Brasileiro**. In: CONTI, I. L. C.; e SCHOEDER, E. O. (Organizadores). Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro: Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.

BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H. **Fatores Histórico, Sociais e Culturais e Políticos do Semiárido**. In: CONTI, I. L. C.; e SCHOEDER, E. O. (Organizadores). Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro: Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.

GORGEN, F. S. A. **Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)** in: Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MALVEZZI, R. **Semi-árido uma visão holística**. – Brasília: Confea, 2007.

Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA, **Audiência Pública do Semiárido**, CODEVASF, Juazeiro-BA, 27.11.2013.

OLIVEIRA, E. A. S. O. **MPA na Luta por Água Encanada nos Municípios Baianos de Jacobina, Capim Grosso e Quixabeira**. 2018. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, L. P. **Experiência da ASA na convivência com o Semiárido**. *In*: CONTI, I. L. C.; e SCHOEDER, E. O. (Organizadores). Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro: Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.

SILVA, M. L.; RODRIGUES, A. O.; SILVA, S. L. **Transformações e Protagonismo Social no Semiárido.** *In*: CONTI, I. L. C.; e SCHOEDER, E. O. (Organizadores). Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro: Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.

SILVA, R. M. A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. / Roberto Marinho Alves da. Silva. Brasília, 2012.

Silva, R. M. A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o SemiÁrido: políticas públicas e transição paradigmática**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007

TANAJURA, C. A. S.; GENZ, F. G.; ARAÚJO, H. A. de. **Mudanças Climáticas e Recursos Hídricos na Bahia: Validação da Simulação do Clima Presente do hadrm3p e Comparação Com os Cenários a2 e b2 para 2070-2100**. Revista Brasileira de Meteorologia, v.25, n.3, 345 - 358, 2010.